

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE
PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS
ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL/HOSPITALAR DA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOURE/PA.**

O MUNICÍPIO DE SOURE - PA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.133.863/0001-50, com sede à 2ª rua, snº – Centro, CEP 68.870-000, SOURE - PARÁ, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando CHAMAMENTO PÚBLICO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas para contratações frequentes de serviços - CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL/HOSPITALAR DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOURE/PA, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

- LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br
- DIA: 19/08/2024. HORÁRIO: 09:00.
- HORÁRIO DA PRIMEIRA SESSÃO: 26/08/2024 as 09:00.
- LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este procedimento tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos especializados para atendimento ambulatorial/hospitalar da população do município de Soure/Pá, por atendimento, nas quantidades, especificações, especialidades e valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

1.2 - Espera-se com a futura contratação uma contribuição para o aperfeiçoamento e aprimoramento no trato com as funções desenvolvidas pela Secretaria de Saúde, no que respeita às consultas médicas, na promoção do atendimento aos usuários do sistema municipal de saúde, no que diz respeito ao acompanhamento pelo profissional referenciado.

1.3. O processo seletivo será regido por este Edital e conduzido pela FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.4. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, mediante petição escrita e fundamentada. Encaminhada exclusivamente para o endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de 03 (três) dias que antecederem a data de abertura da primeira sessão.

1.5. As especificações técnicas dos serviços e as condições gerais de execução encontram-se descritas no Anexo I – Termo de Referência e nos demais itens deste edital.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA DA APRESENTAÇÃO

2.1 - Os interessados deverão apresentar a documentação exigida a partir das 09:00h do dia xx/08/2024, até às 16:00h do dia 29/12/2024. Início da Sessão Pública para julgamento e análise da documentação será realizada 2º (segundo) dia útil subsequente ao do prazo final da protocolização da documentação dos interessados à partir das 15:00 hs (quinze horas), na sede da Prefeitura do Município de Soure - PA, na sala da Comissão de Contratação, situada à sede à 2ª rua, snº – Centro, CEP 68.870-000, SOURE - PARÁ, os interessados deverão enviar toda documentação relativa à HABILITAÇÃO e as DECLARAÇÕES (assinadas manualmente ou por assinatura digital) em formato digital (PDF) para o e-mail institucional do setor de licitações: **sourellicitacao@gmail.com**; ou, ser protocolizado no Protocolo Geral da Prefeitura de Soure, localizado à 2ª rua, snº – Centro, CEP 68.870-000, SOURE - PARÁ; no horário de 08:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, até a data e o horário estabelecidos para o recebimento das documentações.

CLÁUSULA TERCEIRA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente credenciamento as pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital, estabelecidas na forma da legislação vigente.

3.2. A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções.

3.3. Não poderão participar desta licitação, ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas ou pessoas físicas que se enquadrem em uma ou mais das seguintes situações:

a) sejam declaradas inidôneas nos termos da lei, e, que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta. O impedimento de que trata este item, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) tenham falência decretada;

c) sejam impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública, direta ou indireta;

d) que tenham pendências financeiras ou contratuais para com o Município de Soure/PA.

e) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

f) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

g) que estejam reunidas em consórcio;

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- h) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- i) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- j) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- k) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- l) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente modelo de minuta foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima, conforme dispõe Art. 15, caput, da Lei n. 14.133/2021.

3.4. Nos termos do § 1º do Art. 9º da Lei de licitações n. 14.133/1993, não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.5. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

3.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pelo setor de licitações.

CLÁUSULA QUARTA DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

4.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.2.2 - Cédula de Identidade e Registro Comercial, no caso de empresa individual.

4.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3 – DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.3.2 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com a informação de que abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

4.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL;

4.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL do domicílio ou sede do proponente;

4.3.5 - Certificado de Regularidade de Situação (CRF), perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4.3.6 - Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

4.3.7 - Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.4 – DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.4.2 Balanço Patrimonial referente aos 2 (dois) últimos exercícios.

4.5 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.5.1 - Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, apresentando: Atestado(s) ou declaração de capacidade técnica, em nome da empresa

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a prestação de serviços e indicar que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

4.5.1.1. Os estabelecimentos deverão ser identificados no contrato pelo código do CNES, de acordo com os dados que constem nesse cadastro.

4.5.1.2. Alvará Sanitário Municipal.

- **NOTA 1:** Não tendo a empresa interessada no cadastramento apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, após transcorrido o prazo de diligência, sendo convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação
- **NOTA 2:** Caso haja a necessidade na solicitação de esclarecimentos, complementação das documentações a Administração abrirá prazo em sede de diligências para que o interessado cumpra o solicitado.

4.5.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

4.5.3. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Presidente da Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.5.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Presidente da Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem desclassificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

4.5.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

4.5.6. Os interessados deverão enviar toda documentação relativa à HABILITAÇÃO e as DECLARAÇÕES (assinadas manualmente ou por assinatura digital) em formato digital (PDF) para o e-mail institucional do setor de licitações: sourelitacao@gmail.com; ou, ser protocolizado no Protocolo Geral da Prefeitura de Soure/PA, localizado à 2ª rua, snº – Centro, CEP 68.870-000, SOURE - PARÁ; no horário de 08:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, até a data e o horário estabelecidos para o recebimento das documentações.

4.5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. O candidato firmará as seguintes declarações (Conf. Anexo III):

4.7. A documentação, na fase pertinente, será analisada pelo(a) Presidente da Comissão de Contratação, bem como pelos membros da Comissão de Licitação, e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo deste credenciamento, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

5. CLAUSULA QUINTA - DOS PROCEDIMENTOS, DO VALOR, FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO SISTEMA DE RODÍZIO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1. Os procedimentos dos serviços prestados serão conforme apresentados abaixo.

ITEM	Profissionais	Quantidade
1	Cardiologia	700
2	Psiquiatria	600
3	Odontologo oral menor	600
4	Ginecologista-cirurgia	100
5	Ginecologista-consulta	500
6	Oftalmologia-consulta	500
7	Oftalmologista-procedimento	100
8	Ortopedista -consulta	600
9	neuropediatria	500
10	Cirurgião geral (apenas cirurgia de vesícula)	150
11	Clínico geral plantão 12 horas	95

5.2. O valor total anual (global) estabelecido/estimado pela Administração Municipal para a remuneração dos serviços decorrentes deste Credenciamento é de acordo com a somatória da tabela acima.

5.2.1. O valor total estimado será rateado em forma de contratos, com valores igualitários, conforme a quantidade de interessados credenciados, que atenderem as exigências do Processo Licitatório para o Credenciamento.

5.3. Cada Credenciado poderá receber um pagamento mensal em montante diferenciado, variável em função da demanda.

5.4. Os valores estimados supracitados não implicam em previsão de crédito em favor da contratada, que somente fará jus aos valores dos serviços efetivamente prestados;

5.5. Pela prestação dos serviços, a Contratada assume o compromisso de receber com base no valor estabelecido nas tabelas de preços referenciadas no Termo de Referência deste instrumento de Chamamento Público, devendo ser praticado o MENOR VALOR dentre as tabelas referenciadas, a qual faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.6. A CONTRATANTE pagará a contratada o valor correspondente ao número de atendimentos mensais, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante informação da Secretaria Municipal de Saúde do Município.

5.7. O Contratado deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços ou fornecido pela Prefeitura do Município do local da prestação dos serviços para os prestadores sem inscrição municipal.

5.8. A remuneração será paga através de empenho pelo setor de Finanças da Prefeitura, após a confirmação do número de procedimentos realizados.

5.9. Sobre o valor do crédito pago e previsto incidirão as retenções legais, de acordo com o regime jurídico de cada empresa.

5.10. O Contratante não se responsabilizará por quaisquer autuações fiscais ou gravames futuros, decorrentes de interpretações errôneas, por parte do Credenciado, nas aplicações de impostos, suas alíquotas, suspensões, base de cálculo, isenções etc.

6. CALUSULA SEXTA - DO SISTEMA DE RODÍZIO

6.1. Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá em sistema de rodízio, por quantitativo de beneficiários, sendo alternado de forma proporcional a quantidade de procedimentos;

6.2. O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o primeiro a executar os serviços;

6.3. Havendo mais de um credenciado na mesma data, será realizado sorteio entre eles para estabelecer a ordem dentro do sistema de rodízio.

6.4. Os novos credenciados passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que os demais credenciados já tenham prestado serviço alguma vez.

6.5. Poderá a Administração, justificadamente, alterar o número de atendimentos de credenciado no sistema de rodízio, mediante comunicação prévia aos credenciados;

6.6. A alteração do quantitativo citada no item anterior somente será aplicada após completado o ciclo vigente com todos os fornecedores já credenciados no momento da comunicação da alteração.

6.7. O Credenciado não poderá negar a convocação feita pelo sistema de rodízio, salvo por justa causa, devidamente comprovada, que o impeça de atender à convocação.

6.8. Na hipótese do item 6.7., não haverá penalidade ao credenciado, porém passará a ser o último da lista, devendo-se seguir o sistema de rodízio com o próximo credenciado.

6.9. As despesas decorrentes deste processo correrão a conta da dotação orçamentária vigente para o exercício de 2024, e no exercício futuro, a Contratante providenciará a dotação orçamentária correspondente à natureza da despesa decorrente desta contratação.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DOS PREÇOS/REAJUSTAMENTO

7.1. O valor a ser pago permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato, isto é, durante o prazo de 12 (doze) meses, exceto quando houver alteração no valor da tabela praticada pelo Credenciado.

7.2. Os valores constantes da proposta poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do inciso II alínea “d” do Art. 124 da Lei 14.133/21;

7.3. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos referidos serviços integrantes do presente credenciamento.

7.4. A solicitação deverá ocorrer anteriormente a quaisquer prorrogações, durante a vigência do contrato, tendo como data base a assinatura do contrato conforme Art. 131 da Lei nº 14.133/21.

7.5. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, e, o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso; será de 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento da solicitação de ambos. Conf. incisos X e XI, do Art. 92 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO

8.1. Do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

8.1.1 O (a) credenciado (a) deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;

8.1.2. O (a) credenciado (a) descumprir qualquer das obrigações estabelecidas neste edital;

8.1.3. O (a) contratado (a) praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

8.1.4. Ficar evidenciada a incapacidade do credenciado de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

8.1.5. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do MUNICÍPIO;

8.1.6. Em razão de caso fortuito ou força maior;

8.1.7. No caso da decretação de falência da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;

8.1.8. Nas outras hipóteses elencadas nos Arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

9.2. Pelo credenciado:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.2.1. Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao MUNICÍPIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

CLAUSULA NONA - DOS RECURSOS, DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES E DO DESCREDECIMENTO

9.1. Recursos

9.1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.1.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.1.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.1.5. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.1.6. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

9.1.7. Os Recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral do Município de Soure, localizado à 2ª rua, snº – Centro, CEP 68.870-000, SOURE - PARÁ; no horário de 08:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, até a data e o horário estabelecidos para o recebimento das documentações; Os recursos também poderão ser protocolizados via e-mail institucional da licitação: sourelitacao@gmail.com, de segunda a sexta-feira, até a data e o horário estabelecidos para o recebimento das documentações, ou via postal, até o último dia de prazo para o ato e até o final do expediente do órgão promovente da licitação.

9.1.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.1.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.1.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.1.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.1.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações do Município.

10. CLAUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Conforme Especificado no Termo de Referência e Minuta Contratual.

10.2 – DO DESCREDECIMENTO

10.2.1. Do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

10.2.2. o (a) credenciado (a) deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;

10.2.3. O(a) credenciado (a) descumprir qualquer das obrigações estabelecidas no edital e/ou contrato;

10.2.4. O(a) contratado (a) praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

10.2.5. Ficar evidenciada a incapacidade do credenciado de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

10.2.6. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do MUNICÍPIO;

10.2.7. Em razão de caso fortuito ou força maior;

10.2.8. No caso da decretação de falência da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;

10.2.9. Nas outras hipóteses dos Arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

10.3. Pelo credenciado

10.3.1. Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao MUNICÍPIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Compete ao Credenciado: Conforme estipulado na Minuta do Contrato.

11.2. Compete ao Credenciado: Conforme estipulado na Minuta do Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

12.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste instrumento, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, mediante petição.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.2. Os possíveis pedidos de Impugnação e ou Esclarecimentos poderão ser formalizados, dentro do prazo legal, através do portal a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.6. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das cláusulas deste Edital, bem como da aplicação da Lei n. 14.133/2021 caberão Recurso e Pedido de Reconsideração, nos termos dos Arts. 165, 166, 167 e 168 da lei citada.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os interessados arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

13.2. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, a autenticação poderá ser feita também na Comissão Permanente de Licitação com a apresentação da cópia e do documento original.

13.3. Quando a lei não dispuser em contrário, na contagem dos prazos citados neste Edital excluir-se ao dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que, na hipótese de o prazo findar em dia não útil, o vencimento deslocar-se-á, automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente.

13.4. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do Município de Soure.

13.5. É facultada ao Município de Soure a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.6. As dúvidas quanto a interpretação dos termos deste edital, bem como, quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, antes da data prevista para a entrega dos documentos.

13.7. Passam a fazer parte deste edital todos os seus anexos.

13.8. Havendo divergência entre disposições da minuta contratual do presente instrumento convocatório, prevalecerão as disposições deste, devendo as correções serem efetuadas no momento oportuno.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Soure-Pá, para dirimir as questões decorrentes da presente licitação, inclusive quanto a execução do contrato que vier a ser celebrado.

13.10. Outras informações e edital completo à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Soure, situada na segunda rua, esquina com a travessa 14, nº 281, Bairro Centro e no site da Prefeitura (<http://www.soure.pa.gov.br/categoria/licitacoes>).

13.11. Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o Foro da Comarca de Soure-Pá, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que seja.

Soure/PA, 14 de agosto de 2024.

MARIA HELENA NAZARÉ GOMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: O presente chamamento público tem como objetivo credenciar fornecedores para a futura e eventual prestação de serviços de clínico geral médicos especialistas e odontólogos especialistas em cirurgia oral menor, com a finalidade de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Soure/Pá.

1.1.1. Com esta contratação, almeja-se garantir a prestação contínua e ininterrupta de serviços de saúde especializados, considerando que a Secretaria Municipal de Saúde não pode ficar sem o fornecimento adequado para não comprometer o atendimento e as atividades em geral.

1.2. Tabela de serviços a serem contratados e seus quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	CARDIOLOGISTA	700	UNIDADE	R\$ 250,00
2	PSIQUIATRIA	600	UNIDADE	R\$ 286,67
3	ODONTOLOGO ORAL MENOR	600	UNIDADE	R\$ 240,00
4	GINECOLOGISTA-CIRURGIA	100	UNIDADE	R\$ 1.350,00
5	GINECOLOGISTA-CONSULTA	500	UNIDADE	R\$ 246,67
6	OFTALMOLOGIA-CONSULTA	500	UNIDADE	R\$ 296,67
7	POFTALMOLOGIA-PROCEDIMENTO	100	UNIDADE	R\$ 1.433,33
8	ORTOPEDISTA-CONSULTA	600	UNIDADE	R\$ 300,00
9	NEUROPEDIATRA	500	UNIDADE	R\$ 633,33
10	CIRURGIÃO GERAL (APENAS CIRURGIA DE VESICULA)	150	UNIDADE	R\$ 2.433,33
11	CLINICO GERAL PLANTÃO 12 HORAS	95	UNIDADE	R\$ 2.416,67

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos baseiam-se na Lei Federal nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública.

3. DA JUSTIFICATIVA

A realização do chamamento público para o credenciamento de fornecedores visando a futura e eventual prestação de serviços de clínico geral, médicos especialistas e odontólogos especialistas em cirurgia oral menor se faz necessária para atender às demandas crescentes da Secretaria Municipal de Saúde do município de Soure/PA. O município tem enfrentado um aumento significativo na demanda por serviços de saúde, especialmente no que se refere ao atendimento especializado e às intervenções odontológicas de menor complexidade.

A oferta de serviços de saúde qualificados e acessíveis à população é um dos pilares fundamentais da gestão pública. Nesse contexto, a contratação de profissionais qualificados é imprescindível para garantir um atendimento de qualidade, reduzir filas de espera, e melhorar a eficiência do sistema de saúde municipal.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A necessidade de médicos especialistas, como clínicos gerais e odontólogos especializados em cirurgia oral menor, surge devido à escassez de profissionais disponíveis na rede pública, o que impacta diretamente a capacidade de atendimento do município. Essa situação compromete a prestação de serviços essenciais à população, especialmente no que tange a diagnósticos e tratamentos mais específicos, que exigem conhecimento técnico especializado.

Além disso, a contratação desses serviços visa garantir que a Secretaria Municipal de Saúde possa atender prontamente às necessidades de saúde dos munícipes, evitando o agravamento de quadros clínicos que demandam atendimento rápido e especializado. A agilidade na contratação e a possibilidade de contar com uma rede credenciada de fornecedores permitirá ao município otimizar recursos e oferecer um atendimento de saúde mais eficaz e humanizado.

Portanto, o chamamento público para o credenciamento de fornecedores é uma ação estratégica e necessária para assegurar que o município de Soure/PA disponha de profissionais competentes e capacitados para atender às necessidades de saúde da sua população de forma contínua e eficiente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O intuito de realizar o credenciamento é possibilitar o ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos especificados pela Administração, aumentando, de maneira significativa, o número de participantes em prol do interesse público. Dessa forma, a Administração Pública tratará de forma isonômica todos os potenciais prestadores de serviços.

Considerando que o município de Soure/PA não dispõe de empresas especializadas e profissionais em número suficiente para atender às demandas assistenciais necessárias para o funcionamento dos serviços de saúde sob suas responsabilidades, a contratação em questão visa ampliar a oferta de serviços próprios. A oferta atual desses prestadores é insuficiente para atender à demanda do Sistema Único de Saúde no município, especialmente em relação às consultas com médicos especialistas, atendimento de clínicos gerais, e cirurgias orais menores realizadas por odontólogos especializados.

Dessa forma, o credenciamento de novos prestadores de serviços de saúde permitirá que o município de Soure possa oferecer um atendimento mais abrangente e qualificado, suprimindo as carências atuais e assegurando que a população tenha acesso aos cuidados necessários, reduzindo o tempo de espera e melhorando a qualidade do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) local.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14. 133/2021. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

5.2. Habilitação Jurídica:

5.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.2.2. Microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

5.2.3. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

5.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

5.2.5. Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

5.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

5.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU).

5.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

5.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

5.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

5.4. Regularidade Econômico-Financeira:

5.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.5. Qualificação Técnica-Profissional e Operacional:

5.5.1. Registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente, que comprove estar em plena validade.

5.5.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.6. Apresentação de Outros Documentos Obrigatórios:

5.6.1. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.

5.6.2. Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência conforme disposto na legislação vigente.

5.7. Subcontratação:

5.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

Obrigações da Contratada:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.1.** As despesas com alimentação, transporte, remuneração, e impostos incidentes sobre os serviços, bem como quaisquer outros custos relacionados à execução dos serviços de saúde especializados, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 6.2.** A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão por parte do CONTRATANTE, fornecendo todos os informes e esclarecimentos solicitados em relação à prestação dos serviços médicos especializados.
- 6.3.** Durante toda a execução do contrato, a CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, assegurando o cumprimento de todas as normas e regulamentações aplicáveis.
- 6.4.** A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, a nota fiscal referente aos serviços prestados, arcando com o pagamento das contribuições ao INSS, Imposto de Renda (IR), e Imposto Sobre Serviços (ISS), cujos valores serão descontados pelo CONTRATANTE no momento do pagamento.
- 6.5.** A CONTRATADA deverá garantir a boa qualidade dos serviços médicos especializados prestados, assegurando que todos os profissionais envolvidos cumpram com os padrões técnicos e éticos exigidos.
- 6.6.** A CONTRATADA deverá comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade ou dificuldade verificada na execução dos serviços médicos especializados, bem como prestar os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- 6.7.** A CONTRATADA não poderá deixar de executar qualquer atividade necessária à perfeita execução dos serviços contratados, sob qualquer alegação, mesmo que a referida atividade não tenha sido anteriormente executada em situações semelhantes.
- 6.8.** A CONTRATADA deverá fornecer qualquer tipo de informação solicitada pelo CONTRATANTE sobre os serviços médicos especializados prestados, bem como apresentar qualquer documentação considerada necessária para o perfeito entendimento e avaliação dos serviços.
- 6.9.** A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização do CONTRATANTE relacionadas à prestação dos serviços médicos especializados, garantindo a conformidade com o objeto contratado.
- 6.10.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente com as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE, assegurando a prestação dos serviços dentro dos prazos e condições estabelecidos.

Obrigações do Contratante:

- 6.11.** O CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução contratual, assegurando o recebimento do objeto conforme as especificações estabelecidas no credenciamento e neste Termo de Referência.
- 6.12.** O CONTRATANTE realizará o pagamento à CONTRATADA no mês subsequente ao da prestação dos serviços médicos especializados, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.13.** O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA sobre qualquer descumprimento dos termos do edital e do respectivo contrato, tomando as medidas cabíveis para assegurar a conformidade com as obrigações contratadas.
- 6.14.** O CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos, de acordo com o número de consultas, plantões, ou procedimentos realizados, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, realizando o crédito em conta.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.15.** Os valores a serem pagos à CONTRATADA serão descontados pelo CONTRATANTE, incluindo INSS, Imposto de Renda (IR), e Imposto Sobre Serviços (ISS), conforme previsto em lei.
- 6.16.** O CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários para o bom desempenho dos serviços médicos especializados, assegurando que a prestação dos serviços seja realizada de forma eficaz.
- 6.17.** O CONTRATANTE será responsável por regular, autorizar, auditar, acompanhar, e avaliar os serviços prestados, garantindo que estejam de acordo com as especificações e padrões estabelecidos no credenciamento.
- 6.18.** O CONTRATANTE deverá proporcionar todas as facilidades necessárias para que a CONTRATADA execute os serviços médicos especializados conforme o objeto do presente Termo de Referência.
- 6.19.** O CONTRATANTE deverá comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução dos serviços, podendo recusar o recebimento caso os serviços não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 6.20.** O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e com a execução dos serviços médicos especializados contratados.
- 6.21.** O CONTRATANTE promoverá o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços médicos especializados, garantindo que todas as condições estipuladas neste Termo de Referência sejam mantidas durante a vigência do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestor Do Contrato

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO PAGAMENTO

PRAZO DE PAGAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

FORMA DE PAGAMENTO

8.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS ALTERAÇÕES

9.1. Eventuais alterações contratuais referentes à prestação de serviços médicos especializados reger-se-ão pelos dispositivos dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços de saúde especializados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante a celebração de termo aditivo, que será submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo em casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos. Nessa hipótese, a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o disposto no artigo 125, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Registros que não caracterizem alteração do contrato, relacionados à prestação dos serviços médicos especializados, podem ser realizados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo, conforme previsto no artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CONDIÇÕES GERAIS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.1. Qualquer peculiaridade não abordada neste Termo de Referência, será analisada e resolvida pela Secretaria Municipal Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Saúde de Soure/Pá.

10.2. Por fim, ficam as licitantes sujeitas as sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e demais vigentes, bem como as dispostas no edital a ser publicado e instrumento contratual a ser firmado.

10.3. Caso a empresa necessite de esclarecimentos adicionais ou informações complementares sobre este Termo de Referência, solicitamos entrar em contato através do e-mail: sourelitacao@gmail.com

10.4. As obrigações recíprocas entre a futura contratada e o Município de Soure/Pá correspondem ao estabelecido no presente Termo de Referência.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECLARAÇÕES

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0xx/2024 INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO
POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0xx/2024**

(Nome da Empresa)/Pessoa Física _____, inscrita no
CNPJ/CPF nº _____, por intermédio de seu representante
legal, abaixo firmado, o(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº
_____, DECLARA,

a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação e, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (PJ e PF);

b) Declaração de que tomou conhecimento do objeto licitado e de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, anuindo com exigências constantes do edital e seus anexos.

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição;

d) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Para auferir os benefícios da LC 123/2066, conforme previsão do Art. 4º, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021, DECLARO, que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

g) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

h) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

i) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública. Na hipótese de acúmulo legal, contemplado no Artigo 37, Inciso XVI da Constituição Federal, o limite máximo de carga horária acumulada não poderá ser superior a 60 (sessenta) horas semanais respeitadas a compatibilidade de horário entre os cargos legalmente acumuláveis.

_____, _____, de _____ de 2024.

Assinatura / Carimbo do CNPJ

Assinatura (RG e CPF)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2024
INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº
0xx/2024
CONTRATO Nº «NUMERO_DO_CONTRATO»
PROCESSO «MODALIDADE» Nº «NO_LICITACAO»

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de «CIDADE», através do(a) «NOME_DA_CONTRATANTE», CNPJ-MF, Nº «CNPJ_DA_CONTRATANTE», denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) «NOME_RESP_LICITACAO», «CARGO_RESP_LICITACAO», portador do CPF nº «CPF_RESP_LICITACAO», residente na «ENDERECO_RESP_LICITACAO», e do outro lado «EMPRESA_CONTRATADA», «CPF_CNPJ_CONTRATADO», com sede na «ENDERECO_CONTRATADO», de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). «NOME_REPRESENTANTE», residente na «ENDERECO_REPRESENT_CONTRATADO», portador do(a) «RG_CPF_REPRESENT_CONTRATADO», têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - «OBJETO_CONTRATADO»

«ITENS_CONTRATO»

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se no «FUNDAMENTACAO_LEGAL» da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas neste termo contratual;

3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;

3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) «NOME_DA_CONTRATANTE» as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;

3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;

3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado na lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em «DATA_INIC_VIG_CONTRATO» extinguindo-se em «DATA_FINAL_VIG_CONTRATO», podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;

- Multa;

- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total global da presente avença é de R\$ «VALOR_CONTRATADO» («VALOR_EXTENSO_CONTRATADO»), a ser pago no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária «DOTACAO_ORCAMENTA_VALOR», ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos na Lei n.º 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de «CIDADE», como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

«CIDADE»-«UF_MUNICIPIO», «DATA_DO_CONTRATO»

«NOME_DA_CONTRATANTE»

CNPJ(MF) «CNPJ_DA_CONTRATANTE»

CONTRATANTE

«EMPRESA_CONTRATADA»

«CPF_CNPJ_CONTRATADO»

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____ 2. _____